

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENGENHARIA DA  
PESCA E AQUICULTURA**

**DÉBORA MIQUELE FRANCINO DA COSTA**

**TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES  
PÚBLICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO SOBRE AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo**

**Cacoal  
2009**

**DÉBORA MIQUELE FRANCINO DA COSTA**

**TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES  
PÚBLICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO SOBRE AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Eleonice de Fátima Dal Magro

**Cacoal  
2009**

**TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES  
PÚBLICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO SOBRE AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS**

**Por**

**DÉBORA MIQUELE FRANCINO DA COSTA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a banca Examinadora, formada por:

---

**Presidente**

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Eleonice de Fátima Dal Magro - Orientadora/UNIR**

---

**Membro**

**Prof. Ms Tiago H.S. Echternach**

---

**Membro**

**Prof. Esp. Silas Neiva de Carvalho**

**Cacoal  
2009**

*À DEUS, que durante a minha caminhada, por muitas vezes me tomou em seus braços e me carregou no colo, senti sua presença em todos os momentos da minha trajetória, me fazendo acreditar nos sonhos.*

*À minha mãe pelo amor incondicional e pelo incentivo mantendo vivo em mim um sonho em que não consegui realizar, e que agora tenho orgulho e alegria de poder compartilhar, ao meu Pai pelo esforço sem medida na educação dos filhos, pelo apoio, e por ser exemplo de vida.*

*Meus amados irmãos...*

*Robinson exemplo de determinação, dedicação e confiança, agradeço pelo incentivo, durante toda a vida não só acadêmica.*

*Karine pela convivência, paciência, momentos de alegria e o aprendizado que conquistamos a cada dia.*

*Ao meu namorado Antônio, pelo amor, pela paciência e compreensão.*

*Agradeço a minha “cunhadinha” querida Ana Cláudia, pela atenção, apoio, por ser esta pessoa amável.*

*Agradeço a todos os professores da Unir, pela convivência, sabedoria, em que durante esses quase quatro anos foram contribuindo para minha formação. Em especial a minha Orientadora Eleonice pela paciência, atenção, compreensão, dedicação com que me orientou. Ao professor Wellington, pela atenção, incentivo, paciência, no desenvolver do projeto e também durante a vida acadêmica.*

*Aos colegas da turma, pelo convívio, os quais ficarão guardados em minha memória e coração, pelas lembranças boas que ficaram registradas; e pela união nos momentos difíceis.*

*Agradecer ainda ao Omar Pires Dias, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que em muito contribuiu para conclusão deste trabalho.*

## **TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO SOBRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

Débora Miquele Francino da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Cada vez mais se discute a transparência na administração pública em virtude de tantos casos de corrupção e mau uso do dinheiro público a que se tem notícia. Na tentativa de inibir práticas corruptas criam-se leis voltadas a disciplinar o uso dos recursos públicos de forma pública e transparente e com vistas a incentivar a participação popular como ferramenta de auxílio na fiscalização dos atos praticados pelos gestores. Sendo assim, o presente artigo aborda aspectos conceituais relativos à administração pública, enfatizando a importância da transparência nas prestações de contas do executivo municipal. Apresentar características da procedimentalização das audiências públicas, podendo avaliar a eficácia das mesmas e a participação da sociedade nestas e, ato contínuo, apresenta uma análise acerca da observância ou não de dispositivos legais que disciplinam a matéria por parte dos pequenos municípios do interior do Estado de Rondônia. Para sua elaboração foram utilizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos, adotando-se o método de pesquisa qualitativa com análise documental, sendo instrumentos desta as Atas das Audiências Públicas dos municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, São Felipe d'Oeste e Primavera de Rondônia (RO). Posteriormente realizou-se uma entrevista composta de 6 (seis) questões abertas com um Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, objetivando conhecer suas considerações a respeito da realidade das Audiências Públicas. Em análise, percebe-se que existe uma distância grande entre governantes e governados devido à ausência de participação.

**Palavras-chave:** Transparência. Audiência Pública. Participação Popular.

### **INTRODUÇÃO**

A discussão acerca da transparência na administração pública constitui tema que suscita debates dos mais acalorados no cenário político nacional. Notícias sobre o mal uso de recursos públicos são veiculadas com certa frequência pela mídia, por meio das quais a sociedade toma conhecimento de inúmeros casos de corrupção e desvio de finalidade na aplicação do dinheiro público. Como formas de combate a condutas inadequadas por parte dos gestores públicos, no Brasil, destacam-se Leis concebidas com a finalidade de normatizar as ações dos administradores dos bens públicos, incluindo-se aí a prestação de contas a que estes estão sujeitos. Exemplo clássico de normatização legal a este respeito está inserido na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), que prevê em seu artigo 163 a criação de uma lei

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal – RO, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Eleonice de Fátima Dal Magro.

complementar para minimizar atos ímprobos. A Lei nº. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 04 de maio de 2000 atende o estabelecido neste dispositivo constitucional e representa um marco na história brasileira, posto que tem contribuído sobremaneira para com a mudança de postura por parte de gestores de recursos públicos. Ou seja, ainda que não tenha extirpado do cenário a prática da corrupção, ao menos teve sua ocorrência reduzida. Dentre as finalidades da LRF destaca-se a de viabilizar a participação popular na gestão dos recursos públicos, ao passo que o seu artigo 48, que trata da transparência, controle e fiscalização na aplicação dos recursos públicos, além de assegurar a realização de audiências públicas para possibilitar a participação popular, tendo como intuito promover uma educação política na sociedade de forma a conscientizar os cidadãos da importância da participação no planejamento público e no controle do processo administrativo em si.

O contexto administrativo das entidades públicas é bastante complexo em virtude da responsabilidade social que se espera dos gestores no atendimento aos princípios que norteiam a gestão pública. Há de se considerar ainda a importância da participação social como garantia do efetivo controle da gestão pública, conforme preconizado pela Lei nº. 101/2000. A referida Lei estabelece que os gestores de recursos públicos devam pautar suas ações com base nos princípios da publicidade e da transparência, entre outros, o que reforça o estabelecido pela CF/1988 ao estabelecer como princípios básicos da administração pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nessa perspectiva, tem-se que a Audiência Pública representa um dos mecanismos importantes para assegurar o cumprimento do estabelecido na legislação.

Desta feita, a pesquisa ora desenvolvida **objetiva prioritariamente** verificar a participação dos cidadãos nas Audiências Públicas de Prestação de Contas promovidas pelo executivo municipal em quatro municípios do interior do Estado de Rondônia, analisando-se o caso concreto vivenciado em Primavera de Rondônia, Cacoal, Ministro Andreazza e São Felipe d'Oeste. Tais municípios foram selecionados devido a sua localização geográfica, sendo municípios relativamente próximos. Mais **especificamente**, objetiva-se: a) conhecer os aspectos conceituais inerentes à administração pública; b) fazer uma síntese do princípio da publicidade na administração pública c) enfatizar a importância da transparência na gestão pública; e, d) verificar a eficácia das audiências públicas e a participação da sociedade nas mesmas; nos municípios objeto de estudo. Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa adotou-se o método dedutivo. Procedeu-se à realização de uma pesquisa bibliográfica exploratória. A abordagem qualitativa foi adotada mediante a análise documental, que

conforme Oliveira (2007, p. 69) “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, [...]”, tendo-se por base as Atas das audiências públicas de prestações de contas quadrimestrais ou semestrais do poder executivo dos municípios pesquisados, compreendidas no período de 2007/1 a 2009/1. Fotocópias das referidas atas foram obtidas junto ao setor competente do Poder Executivo dos municípios, sendo que tais documentos têm fé pública e constituem fontes primárias muito importantes para a consecução da pesquisa realizada. Ressalta-se que aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes é facultado realizar as audiências públicas semestralmente, a critério da administração, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 018/TCE-RO-2006, enquanto que nos municípios com população superior a este número as audiências devem ser realizadas quadrimestralmente, de acordo com o estabelecido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na seqüência, acordando aos resultados obtidos, foi enviado um rol de questões por *e-mail* para o Professor e Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o Senhor Omar Pires Dias, que expôs sua opinião técnica de conhecedor da matéria. Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a analisar as atas do período referido com vistas a identificar traços característicos de procedimentalização das audiências públicas de prestação de contas, verificando a realidade destas.

## **1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONTEXTUALIZAÇÃO**

A importância do bom uso dos recursos públicos por meio da administração pública é tema sempre atual e que suscita debates e questionamentos de toda ordem, independentemente do local ou da época. Ao abordar o tema, autores como Araújo e Arruda (2006, p. 2), traçam linhas sobre o que vem a ser a administração pública, “É o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da *res pública* (ou seja, da coisa pública), de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. [grifo do autor].

Conforme a definição dos autores, uma boa administração dos recursos públicos pode ser traduzida em se prestar serviços com qualidade, analisando a necessidade da comunidade, por constituir-se este no principal objetivo da administração pública. Entende-se assim que a organização, o cumprimento dos compromissos, a realização dos projetos apresentados como metas tendem a favorecer a satisfação dos munícipes, quanto à atuação da administração pública. Para que o gestor público goze da confiança da sociedade, é de suma importância que sua administração transpareça seriedade. Ações como a divulgação dos procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos e o processo de ouvir a população

em momentos decisivos como para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) tendem a contribuir para com a transparência e aumento da credibilidade. Fazzio Júnior (2007, p. 16) assegura que “Administrar pressupõe atuar com transparência de critérios e procedimentos, isto é, que o serviço administrativo só se desenvolve por meios públicos”.

Na concepção de autores como Fazzio Júnior (*op. cit*) e Slomski (2007), os gestores devem concentrar esforços para oferecer serviços de qualidade visando o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Para que isto ocorra é importante à manutenção de um espírito de cooperação e parceria entre a sociedade e a administração pública. Por tratar-se de tema tão amplo que povoa o imaginário popular e acalenta as discussões à longa data, a abordagem ora proposta requer inicialmente a conceituação de alguns itens imprescindíveis para delinear a pesquisa, como é o caso dos Princípios a seguir apresentados.

### 1.1 Princípios que regem a administração pública no Brasil

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), estabelece em seu artigo 37 princípios aplicáveis a administração pública, trata explicitamente: “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência [...]”. [grifo nosso].

Considerando a importância que representa cada um dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, entende-se oportuno discorrer de maneira sucinta sobre os mesmos, dando na seqüência maior ênfase ao princípio da publicidade, o qual é abordado em caráter reflexivo por seu elo aos fins deste artigo. Desta feita, Támez e Prado (2005, p. 117 - 8), explicitam que o princípio da **legalidade** determina que o administrador faça somente o que a lei autoriza na administração pública; o princípio da **impessoalidade** determina que atos do gestor de recursos públicos sejam voltados ao interesse público somente; o princípio da **moralidade** determina a conduta do administrador público, enfatizando que deve ter regras de conduta, em atendimento a moral jurídica; o princípio da **publicidade** determina a divulgação dos atos administrativos para conhecimento público; e o princípio da **eficiência** incluído na carta magna pela Emenda Complementar nº 19/98, determina que o administrador utilize os recursos públicos de forma racional em atendimento ao interesse público. Os princípios que regem a administração pública são complementares entre si e servem de base para o melhor desempenho das funções do Estado e determinam formas de realização dos serviços a serem prestados à coletividade. Possuem como objetivo fazer um direcionamento dos principais atos



relativos à condução da administração pública, sendo que o atendimento a estes é obrigatório com intuito de proporcionar confiabilidade ao poder público, agindo com presteza e transparência nos atos. É de suma importância o atendimento de cada princípio para uma boa administração, ressaltando o princípio da publicidade que será agora abordado com maior abrangência.

### 1.1.1 Ênfase no princípio da publicidade

A publicidade é assunto de grande relevância para execução dos trâmites da administração pública, visto que devem ser públicos todos os atos administrativos e, para Támez e Prado (2005, p.117): “O **princípio da publicidade** determina a divulgação dos atos administrativos, que produzem efeitos jurídicos fora dos órgãos que os emitem, para conhecimento público em órgão da imprensa oficial”. [grifo do autor].

Então se pode verificar que o cumprimento a essas considerações possibilita a sociedade relacionar como garantia de seriedade do trabalho desenvolvido pela administração, sendo considerado por Silva (2002, p. 54) “Uma das bases essenciais dos governos democráticos e uma das suas características como forma de organização da autoridade dentro do Estado é a publicidade dos atos relativos à condução da coisa pública”. Nesse ambiente, a LRF veio justamente fiscalizar o cumprimento das normativas e legislações vigentes, enfatizando a transparência na realização dos serviços e na prestação de contas, de modo a influenciar uma maior participação por parte da sociedade, conseqüentemente inibir a má utilização dos recursos públicos.

Segundo Gasparini (2004, p.10) “Esse princípio torna obrigatória à divulgação de atos e contratos e outros instrumentos celebrados pela administração pública direta e indireta, para conhecimento, controle e início de seus efeitos”.

Em uma sociedade democrática, o direito à informação se relaciona ao princípio da publicidade que trata da divulgação dos atos administrativos possuindo qualquer cidadão o direito de requerer informações ou dados que julgue necessário para esclarecimentos relativos à gestão pública, e ainda para que atenda satisfatoriamente a este princípio se faz necessária a publicação do agir administrativo em órgãos oficiais. No entanto, não se pode ignorar que poucos manuseiam essas publicações oficiais e que essa publicidade para maioria dos governantes é apenas para cumprimento da procedimentalização administrativa, ou seja, por

mera obrigação em atender a lei, e não para possibilitar o direito a informação e incentivar a democracia e a participação popular (MACHADO, 2008).

Para atender ao princípio da publicidade, deve-se publicar em órgão oficial, sendo na esfera municipal jornal de grande circulação, para que o maior número possível de pessoas tenha acesso, porque não se considera, com efeito, apenas a notícia, pautando-se no estabelecido pela lei 8.666/93 em seu artigo 6º XIII. (BRASIL 1993).

Conforme menciona Canotilho *apud* Rodrigues Júnior (2008), o fundamento da publicidade é mobilizar a sociedade a adotar como seu pressuposto a identificação como contribuição para seu conhecimento, sendo vedados normativos secretos e só por meio do conhecimento dos atos que se faz a publicidade, podendo se convencer que os atos praticados têm atendido aos princípios constitucionais e se torna pública a transparência, neste contexto o ocultamento de informações é sinal de conduta injusta e até ilícita, a publicidade é a garantia da boa conduta e da atuação positiva do gestor, e de que os cidadãos poderão atuar no controle da administração. Segundo Jund (2008, p. 76), “[...] o princípio da publicidade constitui-se numa das bases essenciais dos governos democráticos, caracterizando o orçamento como um instrumento público que deve ser de conhecimento não só dos representantes eleitos pelo povo, mas de toda a comunidade e em todas as fases do seu ciclo”. Sendo assim, segue as palavras de Silva (2002, p.54) que acrescenta:

Se o orçamento é hermético e vem acompanhado de complicados quadros que só o técnico entende, é possível que os interessados não compreendam seu conteúdo e alcance e, por via de consequência, não consigam descobrir coisas fundamentais para a vida do cidadão comum.

Portanto se não houver uma simplificação da apresentação, o conteúdo se torna complexo demais para expectadores que não possuem conhecimento técnico da matéria. A obrigatoriedade vai além, deve ter transparência nas informações fazendo com que os governados entendam o exposto, porque de nada adianta a divulgação de dados e informações se os interessados não conseguirem assimilar.

Deve-se ainda, se atentar quanto à divulgação das informações que devem ter caráter informativo somente, sem se desviar da sua finalidade sendo ela proporcionar conhecimento à sociedade das obras executadas pelo gestor, e jamais o governante se favorecer, utilizando de propagandas enganosas e criando uma imagem com intuito de induzir os cidadãos à conclusões que não coincidam com a realidade e com atuação administrativa (MACHADO, *op. cit.*).

## 2 DEMOCRACIA NA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

No cenário público a gestão democrática é uma prática crucial em análise ao histórico da revolução na gestão pública. A gestão democrática foi adotada como forma digna e adequada de se administrar, além de apresentar-se como uma forma de inibir as injustiças e a corrupção, podendo então os governados participarem do processo decisório e assim evitar possíveis desfalques aos cofres públicos, passando a ser regida por princípios que norteiam a boa prática da conduta do gestor, regulamentando a forma de administrar.

Nesse sentido, Santos (2005, p. 96) descreve o termo democracia como sendo “[...] O conceito de democracia pode ser compreendido como um meio para a realização dos valores essenciais a convivência humana, através da participação dos cidadãos diretamente no processo de tomada de decisões políticas.” Segundo o autor, isto significa que o enfoque não deve limitar-se ao momento da decisão, mas também aos processos que antecedem a fase decisória, mediante amplo debate. Para Jund (2008, p. 11) “Democracia é um instrumento político que protege os direitos civis contra a tirania, que assegura os direitos sociais contra a exploração [...]”. A premissa seria o desenvolvimento de uma cultura educacional voltada ao desenvolvimento da consciência política, resgatando valores que promovam a participação popular, uma gestão verdadeiramente democrática abordando a importância no processo decisório.

A CF em seu artigo 5º, inciso XXXIII (BRASIL, 1988), assegura ao particular o direito de obter informações sobre a administração ao estabelecer que “Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...]”. A sociedade deve resguardar seus direitos, que são mínimos para manter a democracia. Observa-se que a Constituição Federal de 1988 assegura ao particular a liberdade de solicitar e obter do gestor público informações sobre a sua administração, e quando a própria Constituição trata da publicidade dos atos administrativos do gestor ela não se refere apenas a mera divulgação e sim a informações objetivas e claras, visando o bem coletivo. Desta feita, garante ao cidadão o direito da transparência nas ações do gestor, conscientizando-o sobre o dever de prestar contas do trabalho que vem realizando, expondo de forma clara a sociedade, sobre a utilização dos recursos públicos para os devidos fins. A informação e a participação popular tendem a fazer com que o gestor trabalhe com mais eficiência, sendo transparente nas ações de maneira a concretizar a democracia, conforme enfatiza Slomski (2007), a este respeito no preâmbulo da Carta Constitucional Brasileira (BRASIL, 1988) lê-se: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia

Nacional Constituinte para instituir um *Estado Democrático* destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]”. [grifo nosso].

Faz-se necessário uma reavaliação dos políticos e cidadãos sobre a gestão democrática, mesmo tendo em vista o que observa Bonavides (2008, p. 305): “Nenhum povo, porém, sobre a face da terra congrega hoje pressupostos tão favoráveis ao estabelecimento de uma sólida e próspera ordem democrática quanto o povo brasileiro”. Ainda assim, deve-se reforçar a idéia lembrando que se refere aos direitos da sociedade, os quais, se não observados, culminam por se cometer injustiças contra a sociedade e os cofres públicos.

## 2.1 A participação popular enquanto direito e garantia fundamental

A participação popular tende a proporcionar aos cidadãos o alcance de seus objetivos e o atendimento de suas necessidades, além de auxiliar o Estado a cumprir com a sua finalidade quanto à representatividade da sociedade nas discussões inerentes a gestão participativa, com reflexos positivos. Observa-se que prestar os serviços de acordo com as reais necessidades da população deve ser o objetivo maior de um gestor público, independente da esfera de poder em que se encontra (se Federal, Estadual ou Municipal). Referida participação popular, além de fazer cumprir o que prevê a Carta Constitucional, conduz o gestor a ficar atento à máxima de que o poder emana do povo e que, consequentemente, este é o verdadeiro detentor do poder.

Após a promulgação da Lei Maior a democracia que garante a participação popular em processos decisórios na administração pública vem galgando um espaço significativo, apesar de insuficiente, sendo que a não adoção da participação da sociedade em alguns lugares e momentos deve-se a resquícios de um passado cujas lembranças remontam à cultura do medo e da repressão, conforme enfatizado por Bonavides (*op. cit*, p. 307), ao afirmar: “O nosso país traz do fundo da história, quais estigmas indelévels, as antecedenças de um autoritarismo jamais ultrapassado e sempre a renovar-se, em estado crônico de fermentação e perpetuidade”. O autor afirma ainda tratar-se da opinião comum dos brasileiros e acrescenta que “[...] o peso dessas reflexões nos aflige, mas não esmaga nossa fé nem anula nossa esperança de que o futuro há de ser diferente”. Diante das freqüentes investidas de desvio do dinheiro público a que se houve a sociedade não deve acomodar-se, mas buscar desenvolver a consciência política e buscar ideais coletivos, para que as gerações vindouras possam ter uma consciência embasada nos princípios básicos da administração transparente, dando o relevo

crucial ao que se refere à participação popular na administração pública e as práticas democráticas da gestão. Cabe a cada cidadão indagar e refletir sobre o desenvolver do sistema político, podendo-se constatar nesse paradigma como tem sido a atuação do governo e dos cidadãos nos processos decisórios. Ao abordar este tema, Costa (2008, p. 10) questiona:

Como fica o governo neste novo desenho de sociedade? Deve continuar a fazer exatamente como fazia no século passado, sendo o controlador das ações da sociedade? Ou deve promover a discussão, para que a sociedade evolua e consiga claramente determinar as suas demandas? Fundamentalmente, qualquer organização que precisa manter e ampliar seu público-alvo foca no cliente. No caso do setor público o cidadão.

Diante do exposto, destaca-se que um bom gestor deve conservar uma visão além dos procedimentos técnicos e de uma cultura retrógrada, onde só o gestor tem voz, haja vista que um bom gestor não pode ater-se a interesses individuais, mas sim priorizar os interesses coletivos, de modo a ter em mente a relevância da participação popular na administração pública, conforme preconiza Costa (*op. cit.*, p. 15), sobre o papel do gestor e líder:

Espalhar o poder de decisão é enfraquecer a figura do líder? Pelo contrário: liderar é servir e o melhor exemplo que conheço é o de Jesus, que tinha os apóstolos ao seu lado. O líder, a partir de sua visão de mundo, será sempre o grande articulador, principal papel de um gestor eleito.

Para Müller (2009), não pode haver democracia onde há divisão da sociedade, onde só a considerada elite tem voz, por entender que a exclusão retira dos seres humanos a dignidade humana. O autor afirma que se deve impor a igualdade a todos para que possam usufruir de direitos fundamentais sem distinção alguma, reconhecendo que os direitos fundamentais e humanos são violados, muitas vezes por repressão.

Trata-se como exercício da democracia a efetiva participação popular nas decisões político administrativas, respectivamente interado com o trabalho do gestor público. Em sentido *lato*, é assegurada à coletividade a participação em decisões importantes no cenário nacional, conforme disciplina a Carta Magna (BRASIL, 1988), em seu artigo 61, § 2º:

A iniciativa popular poder ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Com base nos dispositivos citados pode-se verificar a importância da atuação da sociedade em prol de mudanças positivas e significativas para melhoria e desenvolvimento

dos municípios. Por meio dos mecanismos participativos a sociedade pode fazer com que o gestor possa administrar ciente dos interesses e prioridades dos cidadãos, sempre visando o bem comum. Durante todo o processo de democratização e estruturação do Estado Brasileiro, nunca este tema foi tão abordado, segundo afirmativa de Perez (2004, p. 32), “O que se pode afirmar, no entanto, é que nunca, como hoje, a participação popular foi colocada em tão grande relevo na ordem dos pré-requisitos para a efetiva realização da democracia”.

Em função dos resultados oriundos da participação, cada vez mais se discute e se cria leis para fazer com que os governantes cumpram seus deveres de maneira transparente e proporcione o direito aos governados de acompanhar de maneira ativa o desenvolvimento dos trabalhos executados pela administração. Silva *apud* Perez (*op. cit.*, p. 34), contemporiza o preconizado pela Constituição Federal ao estabelecer a pertinência da participação popular na gestão pública. Segundo suas palavras:

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, II), em que o poder emana do povo, que deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos do governo; pluralista porque respeita a pluralidade de idéias, culturas e etnias e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes da sociedade; há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais, mas especificamente da vigência de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

São destacados assim pontos de suma importância da Constituição Federal, enfatizando-se a necessidade de se fazer valer os preceitos constitucionais como forma de contribuir para com a boa gestão dos recursos públicos. Em função da realidade política vivenciada ao longo dos anos, da falta de legitimidade que se tem observado, impõe-se a necessidade de abertura a participação popular em todas as esferas de governo, como forma de legitimar a defesa dos interesses da coletividade, possibilitando ainda aos cidadãos atuarem como agentes fiscalizadores (MÜLLER, 2009; CAVALCANTE, 2007).

### **3 A TRANSPARÊNCIA E O DEVER DE PRESTAR CONTAS**

O tema transparência na prestação de contas das entidades públicas é frequentemente colocado em pauta por órgãos responsáveis pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos e pela própria sociedade, no intuito de garantir que o gestor dedique-se

constantemente a manter o equilíbrio das contas públicas e tornar suas ações mais claras, fazendo bom uso do dinheiro público. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 estendeu o dever de prestar contas a todo aquele que gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, conforme preconiza em seu artigo 70 (BRASIL, 1988). Agindo de acordo com o estabelecido na Constituição Federal o gestor estará atuando de maneira responsável para com o patrimônio público e também para com os cidadãos que o elegeram para representá-los.

Prestar Contas na concepção de Silva, (2002, p. 374): “É o procedimento pelo qual, dentro dos prazos fixados, o responsável está obrigado, por iniciativa pessoal, a comprovar ante o órgão o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerários e valores que lhe foram entregues ou confiados”. Para ter uma boa administração é necessário que o gestor faça jus ao cargo que lhe foi confiado, representando de forma satisfatória dentro da sua realidade o seu papel de administrador, sendo consciente das responsabilidades políticas e sociais e da dependência da sua atuação diante daqueles que são representados. Segundo Andrade *et. al.* (2006, p. 6) “[...] a transparência, além de permitir o debate sobre os negócios públicos, é também uma forma de garantir a legitimidade das ações governamentais.”. É de fundamental importância que o gestor considere a relevância crucial que norteia o atendimento a este princípio na administração pública.

A transparência é um instrumento que auxilia no controle e fiscalização dos recursos públicos, sendo o meio que ampara a sociedade na atuação e cobrança de informações sobre o governo, tornando-se então um fio condutor entre o equilíbrio fiscal e o planejamento. Nesse sentido ressalta-se a importância deste princípio (CASTRO; PEROTTONI; PORTO, 2006).

Frisa-se em consonância com a participação popular a transparência na prestação de contas da administração pública, pois esta deve ser registrada, tratando-se de uma forma de controle da gestão. Slomski (2007, p.133), enfatiza a importância do dever de prestar contas, salientando a magnitude de uma administração transparente, ao ponderar que:

O cumprimento deste princípio na gestão pública é essencial não só com relatórios exigidos pela legislação, mas também com *instrumentos que facilitem a transparência dos atos*, de maneira espontânea, com relatórios que façam com que o cidadão possa fazer comparações com resultados privados e, assim, sentir-se confortável ao ver que a gestão pública está sendo eficiente no gasto dos recursos públicos [...]. [grifo nosso].

A LRF, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, normatiza sobre a transparência das contas públicas, na União, Estados e Municípios: “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a

ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, [...]”. Dessa forma, em âmbito municipal, obedecendo às disposições citadas a entidade pública deve publicar relatórios contábeis com demonstrativos das operações periodicamente, deixando em local visível por determinado período para conhecimento público, sujeitando-se a penalidades previstas em lei em caso de não cumprimento.

Os gestores públicos têm adotado com mais frequência a esta prática, aderindo à política de transparência no que tange à disponibilização dos relatórios pertinentes. No entanto, isto nem sempre se deve a mera intenção de ser transparente em relação as suas contas, mas também por esta representar um forma de expor os trabalhos que vem realizando, de se auto-promover, o que contraria diretamente o estabelecido pela CF (art. 3, parágrafo 1), que deixa claro que os dados e as informações devem ser publicados tendo-se como principal objetivo o caráter informativo, e não o intuito de se utilizar deste meio para se promover, com intenções que não sejam as previstas em lei (BRASIL, 1988).

Corroborando o disposto no artigo 43 da Lei nº. 10.257/2001, que assim dispõe sobre a gestão democrática: “Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: [...] II-debates, audiências e consultas públicas [...]”. (BRASIL, 2001).

A escassez de informações relativas à administração resulta em um cenário propício a irregularidades e fraudes, o que se registra frequentemente. Como forma de combate a tais práticas, a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seu artigo 48, § único especifica: “A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”. O dispositivo refere-se a um incentivo para que a sociedade se manifeste diante do planejamento realizado pelo gestor público, fiscalizando suas ações e ainda exercendo o direito de expor suas opiniões e questionamentos diante desse planejamento, de forma que possam buscar benefícios para a coletividade. Para exercer suas funções de administrador, o gestor público não deve apenas impor, e sim aproximar-se da realidade dos governados, estando disposto a ouvir, debater, compartilhar idéias para buscar soluções. Um método eficaz seria trazer o cidadão para perto da administração por meio de parceria efetiva (COSTA, 2008).

Para Moraes, (2007, p. 61) “[...] o diálogo não é um combate de opiniões e sim uma busca de verdades”. Podendo então conciliar as afirmativas, considerando que o debate e a interação de estado e cidadão um fortalecimento, e relativa importância, para uma



administração qualificada, buscando adotar essa cultura e contribuindo assim para o desenvolvimento social e conscientização dos cidadãos, obtendo dessa forma maior ênfase na participação do processo decisório, e alcançando a supremacia administrativa.

Costa (2009, p.7), por sua vez, afirmam que “[...] a conscientização acerca da transparência administrativa é decorrência da maturidade da concepção de cidadania”. Isto porque quando o cidadão passa a reconhecer seu valor como sujeito ativo do governo, conseqüentemente estará moldando sua consciência quanto à importância no que tange a transparência na administração. O gestor público quando se mostra responsável e comprometido com a sociedade e com seu papel de administrador da coisa pública, caracteriza-se como um gestor eficaz, e uma das premissas básicas para que assim seja reconhecido é quando o mesmo atua com transparência nos seus atos, subentende-se que seu governo é regido nos ditames da lei, obedecendo aos princípios da administração pública. Silva (2002, p.198) enfatiza:

[...] todos os órgãos de controle e auditoria do setor público devem ter sempre presente que para garantir a transparência é necessário que os relatórios contábeis e financeiros permitam avaliar as responsabilidades, seja pelo enfoque do legislativo e do tribunal de contas, **seja pelo enfoque do cidadão na qualidade de usuário dos serviços públicos**. [grifo nosso].

A sociedade deve freqüentemente atuar como agente fiscalizador, de uma forma que influencie nas decisões, e até como forma de propiciar a avaliação das ações do administrador, mobilizando-o sobre a veracidade de seus atos, visando passar ao gestor inclusive seu conhecimento no que tange as leis da administração pública estando ciente da importância de seu papel, para que o mesmo esteja alerta, quanto aos seus procedimentos e para que obedeçam as legislações vigentes, tendo em vista que será freqüentemente fiscalizado. Diante disto, importa destacar a afirmativa de Costa (2008, p. 62), segundo o qual em um processo de acompanhamento contínuo da gestão administrativa, “[...] os erros são facilmente identificados e corrigidos e o Governo é permanentemente auditado”. Então, a sociedade deve também se fazer responsável exercendo sua condição de cidadania, não se constituindo assim apenas por votar, mas visualizando, além disso, a importância da sua participação no processo decisório e valorizando seu papel de cidadão.

Importante frisar que a democratização dos atos administrativos acarreta possíveis conquistas dos interesses públicos via atendimento das demandas da sociedade, como define Leal (2006), que aborda a viabilidade do debate público no processo deliberativo ao ressaltar

que por meio do debate possibilita-se ao gestor ouvir as manifestações da população e buscar meios de atendê-las.

Nesse contexto, vale integrar as audiências públicas, sendo um mecanismo democrático que interagem governante e governado, buscando alcançar interesses coletivos que beneficiem a sociedade, ao passo que propicia ao gestor e a sociedade uma administração transparente e comprometida com a população.

#### **4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA**

O comprometimento com as ações e o cumprimento da legislação demonstra à sociedade a seriedade do trabalho de um gestor de recursos públicos. Isto se torna possível com a realização de audiências públicas. O fato de interagir com a comunidade e ouvi-la possibilitam ao gestor ter uma visão ampla da demanda, auxiliando-o na própria tomada de decisões em determinadas situações.

Conforme abordagem anterior, as audiências públicas constituem de maneira concreta um meio que a sociedade dispõe para atuar como agentes fiscalizadores, sendo instrumento legitimador do governo. Isto possibilita a participação direta da população, uma ferramenta que permite a sociedade avaliar o desempenho do administrador da máquina pública. Cumpre agregar ao contexto a abordagem dada por Moreira Neto *apud* Santos, (2005), segundo o qual a audiência pública funciona “Como um instituto de participação administrativa, na modalidade consultiva, facultada a indivíduos e a grupos sociais determinados, que legitimam a ação administrativa, formalmente disciplinada em lei [...]”.

Soma-se a estas palavras o fato de que por meio das audiências o cidadão exerce o direito de expor preferências e opções que possam auxiliar o Poder Público a uma decisão dotada de maior aceitação consensual. Na mesma linha de raciocínio, Soares (2002), discorre que a audiência pública é um instrumento de decisão legal com legitimidade, em que o gestor abre espaço para que haja manifestação popular, delegando a todos os presentes condições de igualdade para participar de um processo é de caráter consultivo e, como tal, é mister ressaltar que o gestor não se obriga a acatar as sugestões, solicitações, ou queixas mas deve propor-se e ouvi-las e analisar a pertinência e possibilidade de atendimento, principalmente pautando-se nos princípios que regem a administração pública.

Na visão de Lock (2004, p. 127) a “Audiência pública é um processo de participação, aberto a população, para que possa ser consultada sobre o assunto de seu interesse e que

participando ativamente da condução dos assuntos públicos, venha a compartilhar da administração local com os agentes públicos.” A este respeito Siqueira Junior e Oliveira (2007, p. 252) contribuem ao afirmarem que “Audiência pública é o instrumento de participação direta do povo nos negócios do estado”. Sob esta égide, portanto, o cidadão poderá opinar sobre assuntos de interesse coletivo. Santos (2005) reforça a afirmativa acima, ao passo que a esta visão soma-se ainda o apregoado por Siraque (2004, p. 139), ao especificar que “Os **conselhos de políticas públicas** têm função pedagógica na formação da cidadania ativa e, por isso, são instrumentos que promovem a educação política do povo [...]”. [grifo do autor]. Segundo o mesmo, esta educação acena tanto para a participação popular quanto para o controle social das políticas e dos serviços públicos. Com base nestas premissas, caracterizado está que a participação nos conselhos de políticas públicas representam uma forma de exercício da cidadania, haja vista que ao cidadão é facultado participar efetivamente da construção das políticas públicas.

Entretanto, convém salientar que o exercício do direito de participação deve se sobrepor as possíveis desavenças na esfera político partidária posto que, de acordo com Siraque (*op. cit.*, p. 177):

A maioria da sociedade acredita que para os cidadãos fiscalizarem os atos da Administração Pública é necessário **ser do contra**; isto é, a fiscalização é vista mais como um espírito de vingança que um direito de cidadania [...]. [grifo do autor].

Nessa perspectiva, ressalta-se não ser de bom tom que o gestor público ou membros de sua equipe alimentem a idéia de que quem fiscaliza é do contra, sob pena de incorrer em injustiças ou até mesmo perseguições políticas neste sentido e, muitas vezes, pode-se deixar de estender os benefícios de uma sugestão pertinente a toda a sociedade, devido à má interpretação realizada. Paradigmas precisam ser superados neste sentido.

Complementando a idéia, de acordo com Siraque (*op. cit.*, p. 129) “A participação cidadã desenvolve a consciência crítica, faz os participantes conhecerem melhor a forma de gerenciamento do Estado e suas finalidades, gera mais publicidade e transparência nos gastos públicos”.

Frente às considerações, afere-se ser notória a importância do papel ativo da sociedade nas decisões político-administrativas, tendo as audiências públicas o propósito de desenvolver a consciência participativa no processo decisório, desde o planejamento das leis orçamentárias que vão reger a administração, aos temas mais voltados a execução dos

trabalhos em si e principalmente as relativas às prestações de contas, divulgando dentro das metas que foram estabelecidas como foi o desempenho do gestor.

#### 4.1 A realização das audiências públicas e prazos pertinentes

Para que a audiência alcance os objetivos pretendidos, faz-se necessário obter informações acerca da importância atribuída pelos governados sobre o que foi apresentado pela administração pública. Gordillo *apud* Soares (2002) descreve alguns princípios a serem observados como procedimentos recomendados para a realização das audiências públicas, deixando claro que a administração pode usar da criatividade para alcançar bons resultados. Segue:

[...] pré estabelecimento da ordem ou roteiro da audiência pelo seu dirigente ou dirigentes, contendo a relação, seqüência e tempo das pessoas que usarão da palavra, réplicas, apartes, etc.; providências para ampla divulgação ao público da convocação da audiência; realização, quando necessário, de uma **pré-audiência** visando à ordenação ou simplificação do temário, coleta de informações, ou ainda, para tentar um acordo de partes, desde que não afete o interesse público. [grifo do autor].

Não há o que se falar em relação à responsabilidade da participação popular em audiências públicas, uma vez que esta dá o respaldo que o gestor público necessita para comprovar perante os órgãos de direito que efetivamente cumpriu o que determina a legislação. No tocante aos prazos, determina o artigo 9º, § 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto aos prazos para realização das audiências públicas:

Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no parágrafo 1º do art. 166 da Constituição ou equivalentes nas casas legislativas estaduais e municipais.

Ora, podendo dentro desses prazos, serem restabelecidas novas datas, tendo como respaldo a Instrução Normativa nº18/TCE-RO-2006, que em seu artigo 6º faculta aos municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes adequar-se as datas fixadas em seu anexo A, podendo realizar as audiências semestralmente.

Ainda, o artigo 8º, § I da referida Instrução Normativa exige cópia da Ata da Audiência Pública para demonstração de cumprimento das metas fiscais. Trata-se, portanto, de um documento comprobatório de cumprimento à lei, e ainda assim é possível observar o descumprimento por parte de alguns gestores.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Com base nas reflexões realizadas até então, procede-se a seguir a uma análise e discussão acerca das constatações feitas quando da leitura crítica exploratória realizada nas Atas de Audiências Públicas de Prestações de Contas dos municípios objeto de estudo, tendo como norte ainda os conhecimentos adquiridos com a revisão bibliográfica realizada.

### 5.1 Os municípios objeto de análise

A pesquisa foi realizada nos municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, São Felipe d'Oeste e Primavera de Rondônia, no interior do Estado de Rondônia, os quais se caracterizam por serem relativamente novos e por apresentarem população inferior a 80.000 (oitenta mil) habitantes, conforme se constata nos dados a seguir apresentados.

**Quadro 1:** Criação dos municípios objeto de estudo

Município	Lei de criação - Nº.	Data de criação
Cacoal	6.448	11 de outubro de 1977
Ministro Andreazza	372	13 de fevereiro de 1992
São Felipe d'Oeste	567	22 de junho de 1994
Primavera de Rondônia	567	22 de junho de 1994

**Fonte:** Com base em Rondônia (1977; 1992 e 1994)

Concernente ao número de servidores municipais, o município de Cacoal conta com 1.907; Ministro Andreazza com 407; São Felipe d'Oeste 261 e Primavera de Rondônia 309. Tais informações foram obtidas junto ao setor de recursos humanos da Secretaria de Administração de cada município. Em relação à extensão territorial e ao universo populacional, segue dados especificados no quadro 2.

**Quadro 2:** Caracterização territorial e populacional dos municípios

Município	Área Territorial (Km <sup>2</sup> )	População (2007)
Cacoal	3.793	76.155
Ministro Andreazza	798	10.343
São Felipe d'Oeste	542	6.286
Primavera de Rondônia	606	3.704

**Fonte:** Com base em dados do IBGE (2007)

Apesar das diferenças entre o município de Cacoal e os demais serem bastante significativas, tanto em relação à extensão territorial quanto a população, e ainda o número de servidores municipais, ressalta-se a pertinência da análise, haja vista haver muitos pontos em

comum entre os municípios, com destaque para questões culturais e de acesso à informação por parte da população.

## **5.2 Resultados e Discussões**

A audiência pública tem o fito principal de legitimar a democracia, sendo um instrumento que se ancora na participação do povo, abordando princípios fundamentais da administração pública como o princípio da transparência e da publicidade, atentando-se a práticas exigidas pela legislação em consonância com o exercício da democracia. Dessa forma, torna-se necessário o cumprimento no que tange a execução das audiências considerando a observância dos gestores quanto à magnitude do procedimento, visto que as considerações práticas acerca das audiências têm relação direta com a ética no segmento da esfera pública. Percebe-se então que o enfoque no cidadão, além de permitir a participação no processo decisório, exerce influência para o aumento da fiscalização podendo evidenciar o compromisso que o gestor demonstra diante da sociedade.

O delineamento da pesquisa se deu por análise documental, analisando as atas das audiências públicas dos municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, São Felipe d'Oeste, e Primavera de Rondônia, podendo-se delas extrair informações relativas aos procedimentos adotados durante a realização dessas audiências, variáveis que permitem descortinar traços característicos e dessa forma relacionar com base na leitura e estudo bibliográfico, a eficácia destas. Os direcionadores estabelecidos para análise dos procedimentos práticos de realização das audiências foram delineados com base nas referências mencionadas, tendo como principal fonte eméritos autores como Soares (2002) e Silva (2002).

Assim, foram estabelecidos como parâmetros de análise os traços ora identificados: Traço A - Oralidade, Traço B - Simplificação na apresentação, Traço C - Apresentação de orçamento fiscal hermético, Traço D - Registro de alegações orais, Traço E - Participação Efetiva, Traço F - Criatividade na apresentação, Traço G - Perfil dos participantes. A definição destes possibilitou a análise qualitativa da pesquisa, tendo-se por base as atas de audiências públicas obtidas junto ao poder executivo dos referidos municípios, conforme segue.

Observa-se que no município de Cacoal as audiências realizadas em 2007 relativas há todos os quadrimestres limitaram-se a apresentação do orçamento fiscal hermético, sem criatividade, sem simplificação na apresentação. No que tange a participação os registros apontam para a presença somente de alguns vereadores, sem registro de questionamentos. Em

2008, em todos os quadrimestres atendem traços característicos e registra-se a participação de vereadores e populares. No ano de 2009, o 1º quadrimestre atende traços característicos, porém não se registra alegações orais, ou seja, há participação, mas não são registradas as considerações e questionamentos realizados, somente se registra que houve questionamentos relativos a determinado assunto. Observa-se que houve a participação de acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia, acompanhados de uma professora e de mais alguns membros da sociedade. No entanto, a predominância é de servidores do poder executivo.

Na avaliação das atas do município de Ministro Andreazza do ano 2007, em nenhum quadrimestre há participação nem registro de alegações orais, mas atende aos demais direcionadores. Em 2008, em seu primeiro quadrimestre atende a todos os direcionadores e há efetiva participação, porém nos seguidos quadrimestres do ano não há indícios de nenhuma participação da sociedade, conseqüentemente, nenhum registro de alegações orais. No ano de 2009 a pesquisa apontou que permaneceram estáveis os mesmos traços, não havendo nenhuma participação nem registro de alegações orais, atendendo aos demais direcionadores, observando que uma audiência pública é qualificada pela participação efetiva da sociedade, não se caracterizando assim uma sessão onde os presentes possuem apenas comportamento contemplativo, conforme defende Soares (2002).

Na análise das atas de audiências do município de São Felipe d'Oeste em 2007, registra-se apenas apresentação de orçamento fiscal hermético, sem atender aos demais direcionadores, situação que se prolonga ao primeiro semestre de 2008. No que tange o segundo semestre de 2008 a análise ficou prejudicada uma vez que não obtida a ata pertinente. Quanto ao primeiro semestre de 2009, a audiência se fez apenas de apresentação do orçamento fiscal, não atendendo aos outros direcionadores, sendo feito o fechamento da audiência pública sem registro de participação, quer de vereadores, quer de membros da sociedade civil.

Examinando as atas de audiência pública de 2007 do município de Primavera de Rondônia a pesquisa apontou que no primeiro semestre a apresentação se deu apenas por divulgação de dados orçamentários fiscais, com nenhuma participação, não atendendo aos demais direcionadores. A análise da ata de audiência pública do segundo semestre de 2007 ficou prejudicada, uma vez que segundo informações obtidas junto ao órgão competente até a data não existia arquivo das atas de audiências em decorrência da não exigência por parte do TCE-RO, do envio das mesmas juntamente com a prestação de contas. Em 2008 as características observadas foram apenas apresentações de orçamento fiscal e hermético. Vale novamente lembrar as palavras de Silva (2002), segundo o qual, quando se apresenta somente

orçamento fiscal hermético, é possível que os participantes da audiência não entendam por não possuir conhecimentos técnicos, quanto à participação da sociedade, não há registros de a mesma ter ocorrido em 2008. Em 2009, observou-se que houve uma melhora na apresentação, havendo uma simplificação e criatividade na apresentação, porém não houve nenhuma participação, o que deve ser melhorado.

Em sequência, acordando aos resultados foi realizada uma entrevista com o professor e Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o Senhor Omar Pires Dias que respondeu ao rol de questões com base em sua experiência de atuação e seu conhecimento relativo ao tema “Audiência Pública”, não se tratando de respostas oficiais do Tribunal de Contas do Estado, pois este se manifesta apenas sobre consultas oficiais na forma de seu regimento interno.

Quando perguntado em que consiste objetivamente a análise ou verificação realizada pelo Tribunal de Contas na documentação comprobatória de realização das Audiências Públicas realizadas nos municípios, afirmou que o Tribunal de Contas atua sob o prisma da legalidade, ou seja, neste ponto específico tem como parâmetro as determinações contidas no art. 9º, § 4º e Art. 48, parágrafo único da LRF, bem como o Art. 37 (*caput*) da CF de 1988, que tratam do princípio da transparência e da publicidade ao exigir dos gestores públicos concederem oportunidade à população de participação na elaboração dos planos e orçamentos, bem como conhecer a execução desses instrumentos e das metas fiscais planejadas. Afirmou ainda que as normas do TCE-RO, especificamente a Instrução Normativa nº 09/2003 e a Instrução Normativa nº 18/2006 exigem comprovante que houve a participação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual (no caso da IN nº 09/2003) e que foi lido o conhecimento da execução das metas fiscais planejadas (no caso da IN nº 09/2003). Os documentos comprobatórios exigidos são as Atas das audiências públicas realizadas. No caso de participação no PPA, se aceita como comprovantes fotografias, filmagens, cartazes utilizados para chamamento etc. Ou seja, tudo que efetivamente reflita que a população foi convidada a participar.

Quando questionado se as informações fornecidas pelos municípios atendem as expectativas informacionais do TCE-RO no que tange a realização das audiências, informou entender que sim, pois todos os documentos que são remetidos ao TCE-RO pelos gestores têm fé pública até que se prove o contrário. E ainda que se presume que realmente a população foi convidada a participar das audiências públicas. Em sequência que cabe sempre lembrar que o TCE-RO está aberto a receber denúncias dos parlamentares e da população em geral, que têm muito contribuído nas fiscalizações.



No tocante ao entendimento do TCE-RO em relação à maneira adequada para realização das exposições nas Audiências Públicas, respondeu que não há qualquer norma ou Decisão do TCE-RO que determine a forma de demonstrar a execução orçamentária nas audiências públicas. Ainda afirmou que o que deve haver é boa vontade dos gestores em transparecer à sociedade demonstrativos e relatórios contábeis em uma linguagem mais acessível.

Considerando com base na análise, que a participação popular nem sempre é efetiva, foi questionado se o TCE-RO mantém alguma ação destinada a promover mudanças nesse sentido, o respondente afirmou que o TCE-RO mantém ação específica apenas quanto à atuação dos conselhos, já que em suas auditorias é verificado se os conselhos municipais estão tendo atuação efetiva, principalmente se o Poder Executivo está proporcionando a eles a oportunidade de participação. E ainda que sobre a realização das audiências públicas, nas palestras e oficinas que o TCE-RO realiza periodicamente no interior do Estado sempre são feitas às orientações necessárias.

Quando perguntado dentro do contexto de Audiências Públicas, o que poderia ser apontado como pontos positivos e negativos, observados cotidianamente na sua atuação, o respondente afirmou que como ponto positivo, mesmo existindo limitações em termos de transparência, a realização das audiências públicas já constitui um grande avanço. Afirmou ainda que se tem visto cada vez mais gestores preocupados em transparecer suas ações e compartilhar com a sociedade os projetos e programas públicos.

Como pontos negativos, o entrevistado enumerou alguns como mais evidentes: o linguajar técnico que dificulta o entendimento, o pouco interesse da sociedade em participar e, ainda, a barreira imposta por alguns gestores nessa participação. E ainda informa que existe tramitando no Congresso Nacional alguns projetos de lei direcionados a regulamentar a matéria, especificamente no ponto da melhora da transparência, citando como exemplo, cartilhas explicativas, demonstrativos simplificados, etc.

Quando perguntado sobre a participação da sociedade organizada e demais cidadãos, qual a sua avaliação acerca da expressividade dos resultados apresentados pelo poder público no que tange a tão propagada administração participativa, o respondente afirmou que o que se verifica é a alegação dos gestores que realizam o chamamento da sociedade e que esta não comparece as audiências públicas, e diz ainda que nada melhor do que a classe política local e a sociedade, organizada ou não, denunciar aos órgãos competentes o tolhimento a participação caso esteja ocorrendo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, a pesquisa apontou que a gestão pública não possui nenhum tipo de organização pré-definida para realização das audiências públicas. Analisando os resultados sobre a procedimentalização das audiências é possível verificar que essa falta é refletida nas audiências visto que principalmente nos Municípios de Primavera de Rondônia e São Felipe d'Oeste, deixam muito a desejar, pois a apresentação é feita basicamente do orçamento fiscal hermético, o que dificulta o entendimento da parte interessada que é a população. Outra característica que marca as audiências é a ausência da participação o que pode ser caracterizado por vários motivos, contudo em análise pode-se ressaltar que se trata da forma de apresentação, o fator que causa essa distância. No município de São Felipe d'Oeste há indícios de descumprimento da legislação, sendo que no segundo semestre de 2008 a audiência não foi realizada posto que não existe ata referente a mesma. No município de Primavera de Rondônia observou-se uma falha administrativa com relação aos arquivos das atas de audiências.

No município de Cacoal diante do que expõe a pesquisa, percebe-se que houve uma melhora gradativa e considerável de uma audiência para outra, entretanto a participação ainda é incipiente, e quando esta é registrada observa-se que são alegações de vereadores, raros registros de outros cidadãos e quando há, trata-se normalmente de acadêmicos, o que sinaliza para a falta de conscientização, conhecimento e interesse da população para com assuntos relativos ao *que pertine* a administração pública.

No município de Ministro Andreazza tem-se atendido algumas características essenciais, porém, somente no primeiro quadrimestre de 2008, registra-se a participação da população, em suma de acadêmicos, o que, conforme já mencionado, demonstra falta de consciência política considerando o relevo da participação da população neste processo, visto que são os beneficiários.

Em linhas gerais, tendo como fundamento os resultados alcançados na pesquisa, observa-se que os gestores não atribuem relativa importância à realização das audiências públicas, e, a ponderar-se sobre a forma como são realizadas, tem-se a conotação que objetivam tão somente o cumprimento do que dispõem a legislação sem maior atenção para a finalidade informativa e democrática, por mais salutar que seja. Quanto à inexpressiva participação da sociedade, não fora realizada pesquisa específica com a população para identificar o motivo da falta de participação. No entanto, a julgar pela percepção obtida

quando da participação em algumas dessas audiências, afere-se que um dos pontos que inibem a participação é a falta de conhecimento para entendimento do que é apresentado; em outras a falta de percepção da importância de atuação, de consciência, do amadurecimento e desenvolvimento educacional político, de resgatar valores de cidadania que superem as características passivas da sociedade. E, finalmente, a inexpressividade da divulgação das datas e importância da participação.

Em consonância com as considerações apontadas, afere-se que a audiência pública constitui uma peça importante para legitimar as práticas democráticas da administração pública, visto que sua principal característica é a interação entre governados e governantes, tornando-se oportuno que os cidadãos venham a agregar valor à administração, contribuindo com sugestões para melhoria e desenvolvimento da gestão pública. Porém, constata-se que as audiências públicas não cumprem sua finalidade nos municípios objeto de estudo, que não a de atender a uma imposição legal.

Com base nas constatações e considerações realizadas sugere-se que os gestores primeiramente observem qual é a finalidade da administração pública, que desenvolvam uma consciência da responsabilidade de ser gestor, que se façam presentes nas audiências, e que exijam a presença dos responsáveis pelos setores, para que possam estar disponíveis a eventuais questionamentos, que ainda desenvolvam instrumentos de políticas públicas, de forma a conscientizar a sociedade da participação como meio de auxílio na administração, passando a considerar que os benefícios conquistados são para o coletivo, assim investindo no desenvolvimento educacional para que futuramente não haja exclusão de classes afetando o desenvolvimento democrático.

Ainda, sugere-se a melhora na apresentação das informações nas audiências públicas usando uma linguagem adequada e que possibilite o entendimento dos os participantes, desenvolvendo maior detalhamento de informações, melhorando o conteúdo, temas abordados, e a qualidade da apresentação. Necessário se faz ainda melhorar o registro nas atas de forma que descrevam exatamente o que aconteceu durante a audiência. A adoção a essas sugestões poderá quebrar barreiras que dificultam a interação entre o governo e governados, conquistando a sinergia da sociedade, descartando características de individualização. Em outra sugestão coloca-se, a adoção de regras procedimentais para realização das audiências com intuito de melhorá-las, podendo ser por legislações municipais, objetivando o cumprimento do planejamento e priorizando a eficácia das audiências públicas. E ainda que observem os horários de realização das audiências, visto que geralmente são realizadas no

período matutino, o que dificulta a participação dos cidadãos, considerando que grande parte são empregados, sugere-se alterá-los, de forma a possibilitar a efetiva participação.

Sugere-se ainda que utilizem melhor dos meios de divulgação para convidar a população para as audiências, por meio de rádio, cartazes, encaminhando convites aos representantes da sociedade organizada, e em meio às audiências que estejam abertos ao debate, apresentando as prestações de contas de forma criativa e adequada e, posteriormente, possibilitando questionamentos sobre os temas abordados, analisando a satisfação dos cidadãos, gerando como consequência, a interação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. de A. (org) [et.al]. **Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**, 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. **Contabilidade Pública da Teoria à Prática**. Edição atualizada conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, 2004.

BONAVIDES, P. **Teoria do Estado** – 7. ed. revista e ampliada – São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, ed. Administrativa atualizada em março de 2006.

\_\_\_\_\_, Congresso, Senado Federal, Centro de Informática e Processamento de Dados, Programa Interlegis, **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**, Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm). Acesso em: 05 de maio de 2009.

CAVALCANTE, J. P. de S. **As audiências públicas como forma de participação popular na construção dos atos administrativos complexos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1504, 14 ago.2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10279>. Acesso em: 30 de maio de 2009.

COSTA, Í. da. **A administração pública no século XXI: foco no cidadão**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2008, série Gespública.

FAZZIO JÚNIOR, W. **Atos de Improbidade Administrativa, Doutrina, Legislação e Jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2007.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo, Revista e Atualizada**, 9. ed., Saraiva, 2004.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Cidades *on-line***. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em: 21 de agosto de 2009.

JUND, S. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LEAL, R. G. **Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2006.

LOCK, F. do N. **Participação popular no controle da administração pública: um estudo exploratório**. Revista eletrônica de contabilidade. v. 1. n. 1. set/nov. 2004. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn01/a07vIn01.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2009.

MACHADO, R. C. R. **A propaganda governamental no dialogo entre Estado e Sociedade**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1972, 24 nov. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12000>. Acesso em 05 de maio de 2009.

MORAES, A.C. F. de. **Administração pública transparente e responsabilidade do político**. Prefácio Adriano Pilatti. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

MULLER, F. **Quem é o povo? : a questão fundamental da democracia com uma introdução de Ralph Cristensen**. 4. ed. Ver. E atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis. Vozes. 2007.

PEREZ, M. A. **A Administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

PORTO, É. G. CASTRO, F. C. L de, PEROTTONI, F. L. **A Lei de responsabilidade Fiscal e os meios eletrônicos como forma de promoção da transparência fiscal na gestão pública.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1080, 16 de junho de 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8533>. Acesso em: 09 jun. 2009.

REVISTA JURÍDICA CONSULEX. **Transparência administrativa e Governança Corporativa os caminhos do desenvolvimento e da cidadania**, (entrevista: Antonio Francisco Costa) Brasília: Consulex, nº. 292, ano XIII, de 15 de março de 2009.

RODRIGUES JUNIOR, Á. **Os limites da publicidade institucional oficial.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2004, 26 de dez. de 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12122>. Acesso em: 05 de maio de 2009.

RONDÔNIA, **Instrução Normativa nº018/TCE-RO-2006**, de 13 de março de 2006. Disciplina a elaboração, guarda e remessa ao Tribunal de Contas do Estado de dados e informações, por meio eletrônico e documental, com vistas ao controle da gestão fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em âmbito municipal. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/nova/lrfnet/lrf/administracao/lrf/textos/InstNorm-18-2006.pdf> acesso em: 16 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_, **Instrução Normativa nº019/TCE-RO-2006**, de 07 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a remessa, através de meio informatizado, de dados e informações relativas às operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Administração Direta e Indireta dos Municípios. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-19-2006.pdf> acesso em: 16 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_, Lei nº 6.448 de 11 de outubro de 1977. **Cria o município de Cacoal.** Porto Velho, 1977.

\_\_\_\_\_, Lei nº 372 de 13 de fevereiro de 1992. **Cria o município de Ministro Andreazza.** Cacoal, 1992.

\_\_\_\_\_, Lei nº 567 de 22 de junho de 1994. **Cria o Município de São Felipe d'Oeste.** Pimenta Bueno, 1994.

\_\_\_\_\_, Lei nº 569 de 22 de junho de 1994. **Cria o Município de Primavera de Rondônia.** Pimenta Bueno, 1994.

SANTOS, J. L. **Tribunal de Contas da União & Controles Estatal e Social da Administração Pública** - Curitiba: Ed. Juruá, 2005.

SANTOS, M. B. **Estatuto das Cidades, Uma Arma Contra os Inimigos**. 2. ed. JH Mizuno, Leme/SP, 2004.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SIRAQUE, V. **O controle Social da Função Administrativa do Estado: Possibilidades e Limites da Constituição de 1988**. Dissertação (mestrado em direito)-PUC/SP, São Paulo. 2004. Disponível em: <http://www.siraque.com.br/monografia2004.pdf>

SIQUEIRA Jr, P. H., OLIVEIRA, M. A.M.de. **Direitos Humanos e Cidadania**. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SOARES, E. **A audiência pública no processo administrativo** . Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3145>>. Acesso em: 09 de jun. 2009.

SLOMSKI, V. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**, 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

TÁMEZ, C, A. S., PRADO, L. C. **Ética na administração pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

## **OBRAS CONSULTADAS**

CAMPOS, A. M. **Accountability**: Quando poderemos traduzi-la para o português? RAP-Revista de administração pública. Rio de Janeiro: EBAPE, v. 24, n.2, fev/abr. 1990, p. 30-50.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUNKES, M. B; SANTOS, M.L.dos. **Primeiros Passos da Metodologia Científica na Graduação**, Rolim de Moura: D'press, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Manual de orientações para elaboração e apresentação de artigos de conclusão de curso**. Cacoal/RO, 2007.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – DIRECIONADORES DE PROCEDIMENTALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Legenda 1 – Estabelece os direcionadores de procedimentalização das audiências públicas, aplicáveis a todos os municípios objeto de análise.

<b>Direcionadores* de procedimentos práticos das audiências públicas</b>
Traço A - Oralidade
Traço B - Simplificação na apresentação
Traço C - Apresentação de orçamento fiscal hermético
Traço D - Registro de alegações orais
Traço E - Participação
Traço F - Criatividade na apresentação
Traço G - Perfil dos participantes

Legenda 2-Estabelece o perfil dos participantes que fizeram questionamentos, e estão registrados em ata.

<b>Perfil dos Participantes</b>
1-Vereadores/funcionários
2-Cidadãos comuns

---

\* Os direcionadores de procedimentalização das audiências públicas foram estabelecidos com base nas obras de Soares (2002) e Silva (2002).

## APÊNDICE B - ANÁLISE DAS ATAS, RESULTADOS EXPLÍCITOS EM QUADROS

### CONSTATAÇÕES FEITAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CACOAL

**Quadro 1 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Cacoal**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período* 2007/1 Ocorrência	Período 2007/2 Ocorrência	Período 2007/3 Ocorrência
Cacoal	Traço A	Houve	Houve	Houve
	Traço B	Não houve	Houve	Houve
	Traço C	Houve	Houve	Houve
	Traço D	Não houve	Houve	Não houve
	Traço E	Houve	Houve	Não houve
	Traço F	Não houve	Houve	Houve
	Traço G	1	1	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 2 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Cacoal**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2008/1 Ocorrência	Período 2008/2 Ocorrência	Período 2008/3 Ocorrência
Cacoal	Traço A	Houve	Houve	Houve
	Traço B	Houve	Houve	Houve
	Traço C	Houve	Houve	Houve
	Traço D	Houve	Houve	Houve
	Traço E	Houve	Houve	Houve
	Traço F	Houve	Houve	Houve
	Traço G	1	1/2	1/2

Fonte: autora (2009)

**Quadro 3 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Cacoal**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2009/1 Ocorrência
Cacoal	Traço A	Houve
	Traço B	Houve
	Traço C	Houve
	Traço D	Não houve
	Traço E	Houve
	Traço F	Houve
	Traço G	1

Fonte: autora (2009)

---

\* Refere-se ao quadrimestre, 1, 2, 3, obedecendo ao artigo 9º, § 4º da LRF.

## APÊNDICE C - ANÁLISE DAS ATAS, RESULTADOS EXPLÍCITOS EM QUADROS

### CONSTATAÇÕES FEITAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA

**Quadro 4 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Ministro Andreazza**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período* 2007/1 Ocorrência	Período 2007/2 Ocorrência	Período 2007/3 Ocorrência
Ministro Andreazza	Traço A	Houve	Houve	Houve
	Traço B	Houve	Houve	Houve
	Traço C	Houve	Houve	Houve
	Traço D	Não houve	Não houve	Não houve
	Traço E	Não houve	Não houve	Não houve
	Traço F	Houve	Houve	Houve
	Traço G	-	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 5 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Ministro Andreazza**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2008/1 Ocorrência	Período 2008/2 Ocorrência	Período 2008/3 Ocorrência
Ministro Andreazza	Traço A	Houve	Houve	Houve
	Traço B	Houve	Houve	Houve
	Traço C	Houve	Houve	Houve
	Traço D	Houve	Não houve	Não houve
	Traço E	Houve	Não houve	Não houve
	Traço F	Houve	Houve	Houve
	Traço G	2	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 6 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Ministro Andreazza**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2009/1 Ocorrência
Ministro Andreazza	Traço A	Houve
	Traço B	Houve
	Traço C	Houve
	Traço D	Não houve
	Traço E	Não houve
	Traço F	Houve
	Traço G	-

Fonte: autora (2009)

---

\* Refere-se ao quadrimestre, 1, 2, 3, obedecendo ao artigo 9º, § 4º, da LRF observando que se trata de município com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, podendo optar por apresentação semestral, amparado pelo art. 63º da LRF e ainda Instrução Normativa nº. 018/2006-TCE/RO, e tendo optado por apresentar quadrimestralmente.

## APÊNDICE D - ANÁLISE DAS ATAS, RESULTADOS EXPLÍCITOS EM QUADROS

### CONSTATAÇÕES FEITAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE

**Quadro 7 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de São Felipe d'Oeste**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período* 2007/1 Ocorrência	Período 2007/2 Ocorrência
São Felipe d' Oeste	Traço A	Houve	Houve
	Traço B	Não houve	Não houve
	Traço C	Houve	Houve
	Traço D	Não houve	Não houve
	Traço E	Não houve	Não houve
	Traço F	Não houve	Não houve
	Traço G	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 8 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de São Felipe d'Oeste**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2008/1 Ocorrência	Período 2008/2 Ocorrência
São Felipe d' Oeste	Traço A	Houve	-
	Traço B	Não houve	-
	Traço C	Houve	-
	Traço D	Não houve	-
	Traço E	Não houve	-
	Traço F	Não houve	-
	Traço G	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 9 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de São Felipe d'Oeste**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2009/1 Ocorrência
São Felipe d' Oeste	Traço A	Houve
	Traço B	Não houve
	Traço C	Houve
	Traço D	Não houve
	Traço E	Não houve
	Traço F	Não houve
	Traço G	-

Fonte: autora (2009)

---

\* Refere-se ao semestre, 1, 2, obedecendo ao artigo 9º, § 4º da LRF, observando que se trata de município com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, tendo optado por apresentar semestralmente amparado pelo art. 63º da LRF e ainda Instrução Normativa nº. 018/2006-TCE/RO.

## APÊNDICE E - ANÁLISE DAS ATAS, RESULTADOS EXPLÍCITOS EM QUADROS

### CONSTATAÇÕES FEITAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

**Quadro 10 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Primavera de Rondônia**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período* 2007/1 Ocorrência	Período 2007/2 Ocorrência
Primavera de Rondônia	Traço A	Houve	-
	Traço B	Não houve	-
	Traço C	Houve	-
	Traço D	Não houve	-
	Traço E	Não houve	-
	Traço F	Não houve	-
	Traço G	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 11 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Primavera de Rondônia**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2008/1 Ocorrência	Período 2008/2 Ocorrência
Primavera de Rondônia	Traço A	Houve	Houve
	Traço B	Não houve	Não houve
	Traço C	Houve	Houve
	Traço D	Não houve	Não houve
	Traço E	Não houve	Não houve
	Traço F	Não houve	Não houve
	Traço G	-	-

Fonte: autora (2009)

**Quadro 12 - Levantamento da aplicabilidade dos procedimentos no Município de Primavera de Rondônia**

Município	Direcionadores de Procedimentos	Período 2009/1 Ocorrência
Primavera de Rondônia	Traço A	Houve
	Traço B	Houve
	Traço C	Houve
	Traço D	Não houve
	Traço E	Não houve
	Traço F	Houve
	Traço G	-

Fonte: autora (2009)

---

\* Refere-se ao semestre, 1, 2, obedecendo ao artigo 9º, § 4º da LRF, observando que se trata de município com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, tendo optado por apresentar semestralmente amparado pelo art. 63º da LRF e ainda Instrução Normativa nº. 018/2006-TCE/RO.

**APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO APLICADO AO TÉCNICO DO TCE/RO-  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENGENHARIA DA PESCA E  
AQUICULTURA  
CAMPUS DE CACOAL**

**ROL DE QUESTIONAMENTOS RELATIVOS AO TEMA AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

Respondente: Srº. OMAR PIRES DIAS – TCE-RO.

1. Em que consiste objetivamente a análise ou verificação realizada pelo Tribunal de Contas na documentação comprobatória de realização das Audiências Públicas realizadas nos municípios em atendimento ao que dispõem o Art. 9º, § 4º - da LRF?
2. As informações fornecidas pelos municípios atendem às expectativas informacionais do TCE-RO no que tange a realização das referidas Audiências?
3. Ao se analisar algumas Atas de Audiências Públicas realizadas e mesmo participar de algumas, em municípios do interior do Estado, pode-se ter a idéia de que as mesmas têm por objetivo principal atender a uma formalidade estipulada pela LRF, uma vez que as informações apresentadas normalmente ficam restritas à apresentação de partes do orçamento fiscal, o que tende a dificultar o entendimento por parte dos cidadãos e, conseqüentemente, alimenta a ausência de interesse da sociedade em participar de audiências. Diante dessa realidade, qual o entendimento do TCE-RO em relação a maneira adequada para realização das exposições em Audiências Públicas?
4. Considerando a importância da participação popular na administração pública por meio de Audiências e Conselhos, o que nem sempre é efetivado, o TCE-RO mantém alguma ação destinada a promover mudanças nesse sentido?
5. No que tange a realização das “Audiências Públicas”, o que poderia ser apontado como pontos positivos e negativos, observados cotidianamente em sua atuação?
6. Diante da realidade observada nas Atas de audiência pública dos municípios objeto de estudo, onde fica clara a inexpressividade da participação da sociedade civil organizada e demais cidadãos, qual sua avaliação acerca da expressividade dos resultados apresentados pelo poder público no que tange a tão propagada “administração participativa”?